



<sup>12</sup>  
**PROJETO DE INDICAÇÃO N.º 011/2025**

De 02 de setembro de 2025

**EMENTA: DISPÕE SOBRE O INCENTIVO E OBRIGATORIEDADE DO REPLANTIO DA FLORA NATIVA EM ÁREAS DEGRADADAS NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA – CE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A VEREADORA JOSEFA DO SOCORRO DE MATOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM PLENO EXERCÍCIO DO CARGO, APRESENTA AOS NOBRES PARES, O SEGUINTE **PROJETO DE INDICAÇÃO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:**

**DO OBJETIVO**

**Art. 1º** Fica instituída a política municipal de incentivo ao replantio da flora nativa em áreas urbanas e rurais degradadas, com o objetivo de promover a recuperação ambiental, a conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida da população.

**DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 2º** – Para os fins desta Lei, considera-se:

I – Flora nativa: conjunto de espécies vegetais originárias do bioma Caatinga ou de ocorrência natural na região.

II – Área degradada: espaço que sofreu perda parcial ou total de sua vegetação original por ação antrópica ou eventos naturais.

III – Replanteio: ação de recomposição da vegetação por meio do plantio de espécies nativas.

**DA OBRIGATORIEDADE**

**Art. 3º I** – O replantio será obrigatório em:

- a. Áreas públicas que sofrerem intervenção urbana (obras, loteamentos, etc.).
- b. Áreas privadas que forem objeto de compensação ambiental.
- c. Áreas de preservação permanente (APPs) e reservas legais em processo de regularização.



II – O replantio deverá priorizar espécies nativas da região, respeitando a vocação ecológica do solo e as características climáticas locais.

#### **DOS INCENTIVOS**

**Art. 4º** – O Poder Executivo poderá:

I – Firmar parcerias com instituições de ensino, ONGs e associações comunitárias para execução dos projetos de replantio.

II – Criar viveiros municipais de mudas nativas nas escolas públicas municipais.

III – Conceder incentivos fiscais a proprietários que realizarem o replantio voluntário em áreas privadas.

#### **DA FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES**

**Art. 5º** – O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei sujeitará o infrator às sanções administrativas, conforme regulamento a ser definido pelo Poder Executivo, incluindo:

I - Advertência.

II - Multa proporcional à área não recomposta.

III - Suspensão de licenças ambientais.

#### **DA REGULAMENTAÇÃO**

**Art. 6º** – O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

**Art. 4º** Encaminhe-se o referido Projeto ao Poder Executivo Municipal para análise e providências cabíveis.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Pedra Branca/CE, 02 de setembro de 2025.

*Josefa do Socorro de Matos*  
**JOSEFA DO SOCORRO DE MATOS**

*Vereadora da Câmara Municipal de Pedra Branca/CE*